

Sumário

CAPÍTULO I – Introdução ao Direito Penal	1
1. Noções introdutórias.....	1
1.1. Conceito de direito penal	1
1.2. Direito penal objetivo e subjetivo	3
1.3. Direito penal comum e especial	3
1.4. Direito penal internacional e direito internacional penal.....	4
1.5. Direito penal (substantivo) e processual (adjetivo).....	5
1.6. Finalidade e função do direito penal	5
1.7. Política criminal	13
1.7.1. As velocidades do direito penal.....	15
1.7.2. A vítima no direito penal	17
1.8. Criminologia.....	17
1.9. Bem jurídico	20
2. Relacionamento do direito penal com outros ramos jurídicos	21
2.1. Direito penal e constitucional.....	21
2.2. Direito penal e civil	22
2.3. Direito penal e administrativo.....	22
2.4. Direito penal e tributário	23
2.5. Direito penal e processual penal	23
2.6. Direito penal e processual civil.....	24
2.7. Direito penal e empresarial	24

2.8. Direito penal e execução penal.....	24
2.9. Direito penal e penitenciário	24
2.10. Direito penal e infância e juventude	25
2.11. Direito penal e ambiental	25
2.12. Direito penal e econômico	26
2.13. Direito penal e consumidor	26
2.14. Direito penal e trabalhista.....	26
2.15. Direito penal e previdenciário	26
2.16. Direito penal e militar.....	27
2.17. Direito penal e eleitoral	27
3. Relacionamento do direito penal com outras ciências	27
3.1. Direito penal e psicologia.....	27
3.2. Direito penal e psiquiatria.....	28
3.3. Direito penal e sociologia.....	28
3.4. Direito penal e antropologia.....	28
3.5. Direito penal e medicina legal	28
Resumo do capítulo	29
CAPÍTULO II – Evolução Histórica do Direito Penal	31
1. Direito penal primitivo	31
2. Direito penal romano.....	36
3. Direito penal germânico.....	37
4. Direito penal canônico	38
5. Direito penal <i>comum</i> seguido do período humanitário.....	39
Resumo do capítulo	40
CAPÍTULO III – Escolas Penais	41
1. Escola clássica	41
2. Escola positiva.....	46
3. Escolas mistas.....	48
3.1. <i>Terza scuola</i> italiana	48
3.2. Escolas ecléticas e a luta das escolas.....	49
4. Escola da defesa social	49
5. Escola da nova defesa social.....	50
Resumo do capítulo	53
CAPÍTULO IV – História do Direito Penal Brasileiro	55
1. Brasil colônia.....	55
2. Brasil império.....	57
3. Brasil república	58
4. Brasil atual	58
Resumo do capítulo	59

CAPÍTULO V – Princípios de Direito Penal.....	61
1. Conceito de princípio e sua importância	61
2. Graduação dos princípios.....	63
3. Princípios regentes	64
3.1. Dignidade da pessoa humana.....	64
3.2. Devido processo legal	66
4. Princípios de direito penal	67
4.1. Constitucionais explícitos	67
4.1.1. Concernentes à atuação do Estado	67
4.1.1.1. Legalidade (ou reserva legal).....	67
4.1.1.2. Anterioridade	69
4.1.1.3. Retroatividade da lei penal benéfica.....	69
4.1.1.4. Humanidade	69
4.1.2. Concernentes ao indivíduo	72
4.1.2.1. Personalidade ou responsabilidade pessoal.....	72
4.1.2.1.1. A questão da cobrança da multa pe-	
nal.....	74
4.1.2.1.2. A medida extrapenal do princípio....	75
4.1.2.2. Individualização da pena	77
4.2. Constitucionais implícitos.....	78
4.2.1. Concernentes à atuação do Estado	78
4.2.1.1. Intervenção mínima e princípios consequenciais	
da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensivi-	
dade.....	78
4.2.1.1.1. Ofensividade (ou lesividade).....	80
4.2.1.1.2. Insignificância e adequação social....	81
4.2.1.2. Taxatividade.....	81
4.2.1.2.1. Conceito e importância.....	81
4.2.1.2.2. Mecanismos legítimos para a constru-	
ção dos tipos penais: elementos	
normativos, subjetivos específicos e	
norma em branco.....	82
4.2.1.2.3. Análise dos tipos abertos	83
4.2.1.2.4. Normas penais explicativas	97
4.2.1.2.5. Tipos remissivos.....	98
4.2.1.2.6. A influência da política criminal na	
construção dos tipos penais.....	99
4.2.1.3. Proporcionalidade.....	100
4.2.1.3.1. Conceito e dimensão	100
4.2.1.3.2. Alterações legislativas e despropor-	
cionalidade.....	101
4.2.1.3.3. O princípio da proibição da proteção	
deficiente.....	103

4.2.1.4.	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	104
4.2.1.4.1.	Conceito e aplicação prática	104
4.2.1.4.2.	Correlação com a individualização da pena	104
4.2.1.4.3.	A constitucionalidade da aplicação da reincidência	105
4.2.1.4.4.	Absorção do perigo pelo dano	105
4.2.2.	Concernente ao indivíduo.....	106
4.2.2.1.	Culpabilidade.....	106
4.2.2.1.1.	Conceito e relevância	106
4.2.2.1.2.	Dolo e culpa: iniciando uma nova abordagem	108
4.2.2.1.3.	Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa.....	109
4.2.2.1.4.	Culpabilidade no campo da aplicação da pena	112
4.2.2.1.5.	Culpabilidade no processo penal.....	113
	Resumo do capítulo	114
CAPÍTULO VI – Fontes do Direito Penal e Interpretação das Leis Penais.....		119
1.	Fontes do direito penal e do processo penal.....	119
1.1.	Fontes materiais.....	119
1.2.	Fontes formais.....	122
1.2.1.	Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco	124
1.2.2.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva.....	127
1.2.3.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva	127
1.2.4.	Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios	127
1.2.5.	Plebiscito e referendo.....	128
1.2.6.	Interpretação e integração do direito penal	129
1.2.6.1.	Conceito de interpretação.....	129
1.2.6.2.	Espécies de interpretação.....	129
1.2.6.3.	Outras formas de interpretação e fontes indiretas	139
1.2.6.4.	Analogia	145
	Resumo do capítulo	147

CAPÍTULO VII – Legalidade e Anterioridade da Lei Penal	151
1. Legalidade.....	151
1.1. Mera legalidade e estrita legalidade.....	151
1.2. Legalidade como garantia humana fundamental.....	152
1.3. Legalidade material e formal.....	154
1.4. Leis escritas.....	154
2. Anterioridade.....	155
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	156
4. Aplicação da legalidade para qualquer sanção penal.....	156
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	157
6. Normas penais em branco.....	158
6.1. Conceito.....	158
6.2. Intermitência da norma penal em branco.....	159
6.3. Confronto entre normas penais em branco, tipos penais remetidos e normas imperfeitas ou incompletas.....	160
Resumo do capítulo.....	161
CAPÍTULO VIII – Aplicação da Lei Penal no Tempo	163
1. Conceito e alcance da lei penal no tempo.....	163
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito).....	164
2.1. Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>).....	164
2.1.1. Lei penal inconstitucional benéfica.....	164
2.2. Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>).....	165
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i>	166
4. Combinação de leis penais e lei penal intermediária.....	168
4.1. Lei publicada com erros.....	170
4.2. Lei penal corretiva ou interpretativa.....	170
4.3. A combinação de leis penais no contexto da delação premiada.....	171
5. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	172
5.1. Competência para aplicação de interpretação mais benéfica de lei penal.....	172
6. Crime permanente e lei penal prejudicial ao réu.....	173
7. Crime continuado e lei penal prejudicial ao réu.....	174
8. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	174
9. Leis intermitentes.....	175
9.1. Conceito.....	175
9.2. Extensão e eficácia.....	176
Resumo do capítulo.....	178
Esquemas.....	179

CAPÍTULO IX – Tempo e Lugar do Crime	183
1. Tempo do crime.....	183
2. Alcance da teoria da atividade.....	184
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas	184
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	185
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do Código Penal e o art. 70 do Código de Processo Penal.....	185
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	187
Resumo do capítulo	187
CAPÍTULO X – Aplicação da Lei Penal no Espaço	189
1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	189
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	189
3. Conceito de território e seus elementos	190
3.1. Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos	190
3.2. Espaço aéreo.....	190
3.2.1. Correção da parte final do § 1.º do art. 5.º do Código Penal.....	191
3.3. Mar territorial brasileiro.....	191
4. Território brasileiro por equiparação.....	192
4.1. Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	192
4.2. A lei penal e a Convenção de Tóquio	193
4.3. Crime cometido em lugar não pertencente a qualquer país.....	194
5. Critérios para a extraterritorialidade	194
5.1. Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	194
5.2. Princípios regentes da extraterritorialidade.....	194
5.3. Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	195
6. Extradicação.....	197
6.1. Conceito, espécies e fonte legislativa	197
6.2. Requisitos para a concessão	197
6.3. Diferenças em face de repatriação, deportação e expulsão.....	202
6.3.1. Diferenças em face de transferência de execução da pena e transferência de pessoa condenada.....	203
6.4. Importância da extradicação	204
6.5. Tribunal Penal Internacional	204
6.5.1. Introdução	204
6.5.2. Competência do Tribunal Penal Internacional	205
6.5.3. Dos crimes previstos no Estatuto de Roma	206
6.5.4. Dos direitos e garantias humanas fundamentais.....	210
6.5.5. Conclusão	211
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal.....	212

8. Outras exceções à regra da territorialidade	213
8.1. Tratados e convenções	213
8.2. Regras de direito internacional.....	214
8.3. Imunidades diplomáticas	214
8.3.1. Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	214
8.3.2. Características das imunidades diplomáticas.....	215
8.4. Imunidades consulares	216
8.5. Possibilidade de renúncia.....	217
8.6. Imunidades parlamentares.....	218
8.6.1. Imunidade substantiva.....	218
8.6.2. Natureza jurídica da imunidade substantiva	218
8.6.3. Características da imunidade substantiva.....	219
8.6.4. Imunidade processual.....	221
8.7. Outras imunidades e foros privilegiados	222
8.7.1. Deputados estaduais	222
8.7.2. Vereadores	222
8.7.3. Advogados.....	223
8.7.4. Prefeitos	224
Resumo do capítulo	224
Esquema	227
CAPÍTULO XI – Eficácia de Sentença Estrangeira	229
1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	229
2. Hipóteses para a homologação	230
2.1. Reparação civil do dano causado à vítima	230
2.2. Aplicação de medida de segurança	230
2.3. Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro	230
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.....	231
Resumo do capítulo	231
CAPÍTULO XII – Contagem de Prazo e Frações da Pena	233
1. Prazos penais e processuais penais.....	233
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo	233
3. Frações não computáveis da pena	234
Resumo do capítulo	234
Esquema	235
CAPÍTULO XIII – Conflito Aparente de Normas	237
1. Conceito.....	237
1.1. Diferença entre concurso formal e concurso aparente de normas	238
2. Critério da sucessividade.....	238

3. Critério da especialidade	238
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva)	240
5. Critério da absorção (ou consunção).....	241
6. Critério da alternatividade	241
Resumo do capítulo	243
Esquemas	243
CAPÍTULO XIV – Teoria do Crime	247
1. Conceito de crime	247
1.1. Conceito material	247
1.2. Conceito formal.....	248
1.3. Conceito analítico	249
1.3.1. Teoria nacional bipartida do fato típico e antijurídico, tendo a culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena	254
2. Princípios elementares do crime	258
2.1. Causalismo	259
2.2. Neokantismo (teoria neoclássica)	260
2.3. Finalismo.....	261
2.4. Teoria social da ação	263
2.5. Funcionalismo	263
2.5.1. Teleológico.....	264
2.5.2. Sistemico.....	267
2.6. Teoria da ação significativa	268
2.7. Síntese	272
3. Diferença entre crime e contravenção penal	274
Resumo do capítulo	275
Esquemas	277
CAPÍTULO XV – Sujeitos e Objetos do Crime	281
1. Sujeito ativo	281
1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime	282
1.1.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica além da fronteira do crime ambiental.....	284
2. Sujeito passivo.....	286
3. Objetos do crime	286
3.1. Objeto material.....	286
3.2. Objeto jurídico.....	287
Resumo do capítulo	287
CAPÍTULO XVI – Classificação dos Crimes.....	289
1. Base científica da classificação.....	289
2. A classificação artificial	290

3.	As classificações mais relevantes	290
3.1.	Crimes comuns e próprios	290
3.1.1.	Crimes de mão própria	291
3.2.	Crimes instantâneos e permanentes	292
3.2.1.	Os crimes instantâneos de efeitos permanentes (delitos de estado).....	293
3.3.	Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios)	294
3.4.	Crimes de atividade e de resultado (materiais, formais, mera conduta e exauridos)	295
3.5.	Crimes de dano e de perigo	295
3.6.	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	299
3.7.	Crimes simples e complexos	299
3.8.	Crimes progressivos e progressão criminosa	300
3.9.	Crime habitual	301
3.10.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	302
3.11.	Crimes de forma livre e de forma vinculada	302
3.12.	Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	302
3.13.	Crimes remetidos	303
3.14.	Crimes condicionados	303
3.15.	Crimes de atentado (ou de empreendimento)	303
3.16.	Crimes militares próprios e impróprios	303
3.17.	Crimes comuns e políticos.....	304
	Resumo do capítulo	304
	CAPÍTULO XVII – Tipo e Tipicidade.....	307
1.	Primeiras considerações	307
2.	Conceito de tipo penal e sua estrutura	308
2.1.	Elementos do tipo penal incriminador	309
2.2.	Classificação do tipo	311
2.2.1.	Tipo fechado e aberto	311
2.2.2.	Tipo objetivo e subjetivo	311
2.2.3.	Tipo básico e derivado.....	312
2.2.4.	Tipo simples e misto	312
2.2.5.	Tipo de injusto (ou tipo-total de injusto).....	313
2.2.6.	Tipo indiciário	313
2.2.7.	Tipo permissivo	314
2.2.8.	Tipo formal e material	314
2.2.9.	Tipo conglobante.....	318
2.2.10.	Tipo congruente e incongruente	318
2.2.11.	Tipo normal e anormal.....	319
2.2.12.	Tipo de tendência interna subjetiva transcendente	319

2.2.13. Tipo remetido	319
2.2.14. Tipo de ação	319
2.3. Tipicidade.....	320
2.3.1. Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....	320
3. Excludentes de tipicidade.....	321
3.1. Princípio da adequação social	322
3.1.1. Lesões na prática de esportes.....	322
3.2. Princípio da insignificância	322
3.2.1. Antecedentes do agente	322
3.2.2. Violência doméstica	323
Resumo do capítulo	323
CAPÍTULO XVIII – Conduta e Resultado	325
1. Conceito de conduta	325
2. Elementos da conduta.....	327
2.1. Enfoque particular da hipnose	329
2.2. Enfoque particular da omissão.....	331
2.3. Ações em curto-circuito e gestos habituais ou mecânicos.....	331
3. Conceito de resultado	332
Resumo do capítulo	333
CAPÍTULO XIX – Elementos Subjetivos do Crime: Dolo e Culpa	335
1. Conceito de dolo.....	335
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico.....	337
3. Características do dolo	337
4. Conceito de dolo direto	338
4.1. Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	338
5. Conceito de dolo indireto ou eventual	339
5.1. Dolo eventual nos graves delitos de trânsito	340
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	340
6.1. Sobre a aplicação da pena.....	342
7. Outras classificações do dolo	342
7.1. Dolo alternativo.....	342
7.2. Dolo cumulativo	343
7.3. Dolo antecedente.....	343
7.4. Dolo subsequente	344
7.5. Dolo geral	344
8. Conceito de culpa.....	345
8.1. Culpa e tipicidade.....	346
9. Distinção entre culpa inconsciente e consciente.....	346
10. Elementos da culpa	347
10.1. Princípio da confiança.....	349

11. Situações peculiares no campo da culpa	350
11.1. Culpa presumida	350
11.2. Graus de culpa	350
11.3. Compensação de culpas	351
11.4. Concorrência de culpas	351
11.5. Culpa imprópria	352
12. Espécies de culpa	352
12.1. Imprudência.....	352
12.1.1. Sucessão de imprudências.....	353
12.2. Negligência.....	353
12.3. Imperícia.....	353
12.3.1. Distinção entre imperícia e erro profissional	354
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	354
Resumo do capítulo	356
Esquemas	359
CAPÍTULO XX – Nexo Causal	363
1. Conceito de nexo causal	363
1.1. Causa.....	363
1.2. Resultado.....	364
2. Teorias do nexo causal	365
2.1. Equivalência dos antecedentes	365
2.2. Causalidade adequada	365
2.3. Imputação objetiva.....	366
2.3.1. Avaliação da imputação objetiva por meio de exemplos	368
2.3.2. Crítica à teoria da imputação objetiva.....	371
2.3.2.1. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo	373
2.3.2.2. Críticas às teorias da equivalência dos anteceden- tes e da causalidade adequada	374
3. Causas independentes e relativamente independentes.....	375
3.1. Concausas e seus efeitos	376
4. Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impró- rios.....	377
4.1. Natureza jurídica da omissão própria.....	378
4.2. Natureza jurídica da omissão imprópria e significado da expressão <i>penalmente relevante</i>	378
4.2.1. A expressão podia agir.....	379
4.3. Dever de agir advindo de lei	379
4.4. Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resul- tado.....	380
4.5. Dever de agir por ter gerado o risco	380

4.6.	Questões controversas no cenário do nexo causal.....	380
4.6.1.	Omissão de socorro quanto ao agressor.....	380
4.6.2.	Relação de garantia entre pais e filhos maiores.....	381
4.6.3.	Relação de garantia em relacionamentos diversos.....	381
4.6.4.	Concorrência de ações em homicídio	382
4.6.5.	O surgimento de novas causas geradoras do dever de garante	382
	Resumo do capítulo	383
	Esquemas	386
CAPÍTULO XXI – Crimes Qualificados pelo Resultado.....		391
1.	Conceito.....	391
2.	Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso	392
3.	Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador	393
4.	Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	393
	Resumo do capítulo	395
CAPÍTULO XXII – Ilicitude		397
1.	Conceito de ilicitude (antijuridicidade)	397
1.1.	Terminologia.....	397
1.2.	Ilicitude formal e material.....	398
2.	Excludentes de ilicitude	399
3.	Elemento subjetivo nas excludentes.....	401
4.	Estado de necessidade.....	404
4.1.	Conceito e fundamento	404
4.2.	Espécies de estado de necessidade	404
4.2.1.	Estado de necessidade justificante e exculpante.....	404
4.2.2.	Estado de necessidade agressivo e defensivo	406
4.3.	Requisitos do estado de necessidade	407
4.3.1.	Existência de perigo atual.....	407
4.3.2.	Involuntariedade na geração do perigo.....	407
4.3.3.	Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão.....	409
4.3.4.	Proteção a direito próprio ou de terceiro	409
4.3.5.	Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	410
4.3.5.1.	A recusa de transfusão de sangue por testemunhas de Jeová	410
4.3.5.2.	A recusa da transfusão de sangue em crianças e adolescentes provocada pelos pais ou representante legal	411
4.3.6.	Dever legal de enfrentar o perigo.....	412
4.4.	Causa de diminuição de pena.....	412
4.5.	Indispensabilidade da prova	412

5. Legítima defesa	413
5.1. Conceito e fundamento	413
5.2. Elementos da legítima defesa.....	414
5.2.1. Conceito de agressão.....	414
5.2.1.1. Cautela na verificação das posições de agressor e vítima	415
5.2.2. Injustiça da agressão	416
5.2.3. Atualidade ou iminência da agressão	416
5.2.3.1. Legítima defesa presumida	417
5.2.4. Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	417
5.2.4.1. Legítima defesa de terceiro e consentimento do agredido.....	418
5.2.5. Utilização dos meios necessários para a reação	419
5.2.6. Moderação da reação	420
5.2.7. Proporcionalidade na legítima defesa.....	421
5.2.7.1. Ofendículos.....	421
5.2.7.1.1. Conceito e natureza jurídica.....	421
5.2.7.1.2. Critérios para a sua utilização	422
5.2.7.1.3. Uso de animais	424
5.2.7.1.4. Exemplos de ofendículos	425
5.3. Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa	426
5.3.1. Legítima defesa da honra	426
5.3.1.1. Legítima defesa da honra no contexto do adultério	427
5.3.2. Legítima defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade (o assassinato de Euclides da Cunha)....	430
5.3.3. Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	434
5.3.4. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	434
5.3.5. Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	435
5.3.6. Legítima defesa sucessiva	435
5.3.7. Legítima defesa contra multidão	436
5.3.8. Legítima defesa contra provocação.....	436
5.3.9. Legítima defesa nas relações familiares.....	436
5.3.10. Legítima defesa por omissão.....	437
5.3.11. Legítima defesa praticada por inimputáveis	438
5.3.12. Legítima defesa da comunidade	438
5.3.13. Legítima defesa contra animais	439
5.3.13.1. Legítima defesa em prol de animais	439
5.3.14. Legítima defesa contra atos preparatórios	439
5.3.15. Legítima defesa contra crime impossível	439
5.3.16. Legítima defesa putativa e pretexto de legítima defesa	440

5.3.17.	Legítima defesa contra autoridades e agentes policiais	440
5.3.18.	Legítima defesa em favor de refém	441
6.	Estrito cumprimento do dever legal	441
6.1.	Conceito e fundamento	441
6.2.	Situações específicas de cumprimento do dever legal	442
7.	Exercício regular de direito	442
7.1.	Conceito e fundamento	442
7.1.1.	Diferenças entre o estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.....	443
7.2.	Situações específicas de exercício regular de direito	443
7.2.1.	Utilização de cadáver por faculdade de medicina.....	444
7.3.	Hipóteses polémicas no contexto do exercício regular de direito	444
7.3.1.	O estupro da esposa praticado pelo marido	444
7.3.2.	O trote acadêmico ou militar.....	445
7.3.3.	Os castigos dos pais e dos professores	445
7.3.3.1.	Correção disciplinar de filho alheio	445
7.3.4.	As lesões praticadas no esporte	445
8.	Consentimento do ofendido	446
8.1.	Conceito e fundamento	446
8.1.1.	Consentimento do ofendido e tipicidade.....	448
8.2.	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido	450
9.	Excessos no contexto das excludentes	451
9.1.	Excesso doloso	452
9.2.	Excesso culposo	452
9.3.	Excesso exculpante.....	452
9.4.	Excesso acidental.....	453
9.5.	Excessos intensivo e extensivo.....	453
	Resumo do capítulo	454
	Esquema	455
CAPÍTULO XXIII – Culpabilidade		457
1.	Conceito e fundamento	457
1.1.	Culpabilidade formal e material.....	458
1.2.	Coculpabilidade.....	458
1.3.	Tipo positivo e negativo de culpabilidade	459
1.4.	Culpabilidade do fato e do autor.....	459
2.	Teorias da culpabilidade	461
2.1.	Psicológica (causalista).....	461
2.2.	Psicológico-normativa (neokantista ou clássica)	462
2.3.	Normativa pura (finalista)	462
2.4.	Funcionalista.....	463
2.5.	Significativismo	464
2.6.	Síntese	466

3.	Excludentes de culpabilidade.....	468
3.1.	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	468
3.1.1.	Imputabilidade penal.....	468
3.1.2.	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	468
3.1.2.1.	Conceito de doença mental	469
3.1.2.2.	Conceito de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	470
3.1.2.3.	A questão do indígena.....	471
3.1.2.4.	Doenças da vontade e personalidades antissociais... ..	471
3.1.2.5.	Importância da perícia médica	472
3.1.2.6.	Natureza jurídica da decisão absolutória imprópria	473
3.1.2.7.	Conceito de perturbação da saúde mental	473
3.1.2.8.	Critério para a diminuição da pena e isenção de pena.....	473
3.1.3.	A verificação de inimizabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)	473
3.1.4.	Embriaguez decorrente de vício.....	474
3.1.5.	Menoridade	475
3.1.5.1.	Início da maioridade penal aos 18 anos.....	476
3.1.5.2.	Inimizabilidade e crime permanente.....	476
3.2.	Excludentes concernentes ao fato	477
3.2.1.	Coação moral irresistível.....	477
3.2.1.1.	Elementos da coação moral irresistível.....	477
3.2.1.2.	Existência de apenas duas pessoas no âmbito da coação moral irresistível.....	479
3.2.2.	Elementos da obediência hierárquica.....	479
3.2.2.1.	Análise da legalidade da ordem	480
3.2.2.2.	Punição do coator ou do autor da ordem.....	481
3.2.3.	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	481
3.2.3.1.	Embriaguez voluntária ou culposa	481
3.2.3.2.	Embriaguez voluntária e legítima defesa putativa	482
3.2.3.3.	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	483
3.2.3.4.	<i>Actio libera in causa</i> e consentimento do ofendido	485
3.2.3.5.	Caso fortuito ou força maior	486
3.2.3.6.	Embriaguez incompleta fortuita	486
3.2.4.	Inimizabilidade de conduta diversa	486
4.	Emoção e paixão.....	488
4.1.	Emoção.....	488
4.1.1.	Espécies de emoções	489
4.2.	Paixão.....	489
	Resumo do capítulo	489

CAPÍTULO XXIV – Erro de Tipo e Erro de Proibição.....	493
1. Erro e ignorância	493
2. Erro de tipo	493
2.1. Elemento constitutivo do tipo	495
2.2. Permissão para punição por crime culposo.....	495
2.3. Erro escusável e inescusável.....	496
2.4. Erro essencial e acidental	496
2.5. Erro quanto à pessoa.....	497
2.6. Erro determinado por terceiro	497
3. Erro de proibição.....	497
3.1. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	498
3.2. Erro de proibição escusável e inescusável	498
3.2.1. Critérios para identificar o erro inescusável ou evitável	499
3.3. Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	499
3.4. Conceito de discriminantes putativas.....	499
3.4.1. Divisão das discriminantes putativas.....	500
3.4.2. Natureza jurídica das discriminantes putativas.....	500
Resumo do capítulo	501
Esquemas	503
 CAPÍTULO XXV – Crime Consumado e Tentativa	 507
1. Crime consumado	507
2. Tentativa.....	507
2.1. Conceito de crime tentado.....	507
2.1.1. Significado da expressão “salvo disposição em contrário”...	508
2.1.2. Tentativa qualificada	508
2.2. Natureza jurídica da tentativa.....	508
2.3. Teorias fundamentadoras da punição da tentativa.....	509
2.4. Dolo e culpa na tentativa.....	510
2.5. Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	510
2.6. Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	511
2.7. Tentativa e dolo eventual.....	514
2.8. Tentativa e crime de ímpeto.....	517
2.9. Infrações que não admitem a tentativa	518
2.10. Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	520
2.11. Distinção entre tentativa perfeita e imperfeita	521
2.12. Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	521
3. Desistência voluntária.....	521
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	521
3.2. Desistência momentânea	523
3.3. A questão da execução retomada.....	523

4.	Arrependimento eficaz	524
4.1.	Conceito e natureza jurídica	524
4.2.	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	525
4.3.	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	525
5.	Arrependimento posterior	525
5.1.	Conceito e natureza jurídica	525
5.2.	Requisitos para a aplicação	525
5.2.1.	Violência culposa, presumida e imprópria	526
5.2.2.	A indevida reparação	527
5.2.3.	Necessidade de efeito patrimonial	527
5.2.3.1.	A reparação do dano moral	528
5.2.4.	Negativa da vítima em receber a indenização ou a coisa	528
5.2.5.	Voluntariedade e espontaneidade	529
5.2.6.	Critérios para a diminuição	529
5.2.7.	Análises das Súmulas 554 e 246 do STF	530
5.2.8.	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	530
6.	Crime impossível.....	531
6.1.	Conceito e natureza jurídica	531
6.2.	Fundamento da não punição do crime impossível.....	531
6.3.	Diferença entre tentativa inidônea e erro de tipo	532
6.4.	Diferença entre crime impossível e crime putativo	532
6.5.	Requisitos essenciais para o reconhecimento do crime impossível...	532
6.5.1.	Ineficácia absoluta do meio.....	532
6.5.2.	Absoluta impropriedade do objeto	532
6.5.3.	Momento de avaliação da idoneidade do meio ou do ob- jeto.....	533
6.6.	Flagrante provocado ou preparado	533
6.7.	Flagrante esperado	534
6.8.	Questões polêmicas.....	534
6.8.1.	Furto sob vigilância.....	534
6.8.2.	Tiros em carro blindado.....	535
	Resumo do capítulo	535
	Esquemas	538
CAPÍTULO XXVI – Concurso de Pessoas		541
1.	Conceito e natureza jurídica	541
2.	Teorias acerca da autoria no concurso de pessoas	542
2.1.	Autoria mediata e Autoria imediata	543
2.2.	Teoria do domínio do fato	544
3.	A punição do partícipe	544
4.	Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	545

5. Requisitos para configurar o concurso de agentes.....	545
6. Inovações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	546
6.1. Inserção da expressão na medida da sua culpabilidade no <i>caput</i> do art. 29	546
6.2. Participação de menor importância	547
6.3. Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)	547
6.3.1. A previsibilidade do resultado mais grave	548
7. Concurso entre maior e menor de 18 anos	548
8. Coautoria e participação em crime culposo	548
9. Autoria colateral	550
9.1. Autoria incerta.....	550
10. Coautoria e participação nos crimes omissivos	551
10.1. Participação por omissão em crime comissivo	552
10.2. Conivência.....	552
11. Participação posterior à consumação	552
11.1. Coautoria sucessiva.....	554
12. Participação e cumplicidade	554
12.1. Participação em cadeia	555
13. Executor de reserva	555
14. Participação em <i>ação</i> dolosa ou culposa alheia.....	556
15. Circunstâncias incommunicáveis	556
15.1. Circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	557
15.2. Elementares do crime	557
16. A polêmica relativa ao concurso de pessoas no infanticídio	557
17. Casos de impunibilidade	559
Resumo do capítulo	560
CAPÍTULO XXVII – Teoria Geral da Pena.....	563
1. Conceito de pena.....	563
2. Fundamentos da pena.....	565
2.1. Sistemas celulares de cumprimento da pena	565
3. Teorias acerca do crime e da punição.....	565
3.1. Abolicionismo penal.....	565
3.2. Direito penal mínimo	569
3.3. Direito penal máximo (tolerância zero) e teoria das janelas quebradas	570
3.4. Garantismo penal.....	573
4. Direito penal do inimigo	574
4.1. Prós e contras do direito penal do inimigo.....	576
5. Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa	577

6. Cominação das penas	579
7. Princípios aplicáveis à pena.....	580
8. Espécies de penas.....	580
Resumo do capítulo	581
CAPÍTULO XXVIII – Penas Privativas de Liberdade.....	583
1. Modelos prisionais	583
1.1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	583
2. Regime inicial, fundamentação e progressão no cumprimento da pena.....	584
2.1. Utilização do art. 59 do Código Penal para a fixação do regime de cumprimento da pena.....	585
2.2. Imprescindibilidade do regime inicial fechado.....	586
2.3. Requisitos para a progressão de regime	586
2.3.1. Merecimento e exame criminológico	587
2.4. Execução das penas resultantes de crimes hediondos e comuns.....	591
2.5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	592
2.5.1. Falta grave e prescrição.....	593
2.5.2. Adaptação do regime e regressão	593
2.5.3. Sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto.....	594
2.5.4. A questão da falta grave.....	594
2.5.4.1. Relação entre falta grave e crime.....	595
2.5.4.2. Falta grave e previsão legal.....	595
2.6. A (in)viabilidade da progressão <i>por salto</i>	596
2.7. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	596
2.8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	597
2.9. Inviabilidade de alteração do regime inicial fixado na condenação pelo juiz da execução	598
2.10. Permissão legal para o juiz da condenação fixar o regime inicial em função da detração.....	598
3. Regime fechado.....	599
3.1. Local de cumprimento da pena no regime fechado	599
3.2. Regime fechado e gravidade do crime.....	600
3.3. A aplicação do regime fechado à pena de detenção	601
3.4. Escolha do regime em caso de aplicação concomitante de reclusão e detenção.....	601
3.5. Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	601
3.6. Regime disciplinar diferenciado.....	602
3.6.1. A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado ...	604
3.7. O trabalho externo do sentenciado.....	605
3.8. Permissão de saída	606
3.9. Cômputo da pena em dobro em decorrência de situação degradante	606

4.	Regime semiaberto.....	610
4.1.	Local de cumprimento da pena no regime semiaberto.....	610
4.2.	Saídas temporárias e trabalho externo	610
4.3.	Situação do índio.....	611
4.4.	Falta de vagas no regime semiaberto	612
4.4.1.	Regime inicial semiaberto e falta de vagas em colônia	612
4.4.2.	Progressão para o semiaberto e falta de vagas na colônia....	612
4.5.	A questão do estrangeiro.....	613
5.	Regime aberto	614
5.1.	Local de cumprimento da pena no regime aberto.....	614
5.2.	A fixação do regime aberto na sentença condenatória	615
5.3.	Regime aberto e crime militar	615
5.4.	Condições para o regime aberto	615
5.5.	Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso.....	616
6.	Direitos do preso	617
6.1.	Direitos constitucionais e gerais.....	617
6.2.	Direito à visita íntima	617
6.3.	Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio e inclusão em presídio federal	618
6.4.	Direito do preso à execução provisória da pena	618
6.4.1.	Execução provisória e prisão especial.....	620
7.	Trabalho do preso.....	621
7.1.	Distinção entre trabalho forçado e obrigatório.....	621
7.2.	Trabalho do preso e remição.....	621
7.2.1.	Perda dos dias remidos e falta grave.....	622
7.2.2.	Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	623
7.2.3.	Remição pelo estudo	623
7.3.	Preso provisório e remição.....	624
7.4.	Benefícios previdenciários	625
8.	Superveniência de doença mental.....	626
9.	Detração.....	627
9.1.	Conceito	627
9.2.	Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	627
9.3.	Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	628
9.4.	Detração e pena de multa.....	628
9.5.	Detração e determinação do regime inicial da pena	629
9.6.	Detração e suspensão condicional da pena	630
9.7.	Detração e medidas cautelares alternativas à prisão.....	630
	Resumo do capítulo	630

CAPÍTULO XXIX – Penas Restritivas de Direitos	635
1. Conceito e natureza jurídica das penas restritivas de direitos.....	635
2. Espécies de penas restritivas de direitos.....	636
3. Requisitos objetivos para a concessão das penas restritivas de direitos.....	636
3.1. Delação premiada.....	638
3.2. Crimes hediondos e equiparados.....	638
3.3. Violência doméstica ou familiar.....	638
3.4. Reincidência em crime doloso	639
4. Requisitos subjetivos à concessão das penas alternativas	639
4.1. Concessão da pena alternativa para estrangeiro	640
5. Conversão durante o cumprimento da pena	640
5.1. Composição com o disposto no art. 60, § 2.º, do Código Penal	640
6. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	642
6.1. Saldo da pena privativa de liberdade após a reconversão.....	643
6.2. Reconversão facultativa por condenação a pena privativa de liberdade.....	643
6.3. Reconversão fundada em lei e não em desejo do condenado	644
7. Particularidades quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos...	644
7.1. Prestação pecuniária	644
7.1.1. Hipótese de despenalização	645
7.1.2. Prestação de outra natureza	645
7.1.3. Competência para aplicação da prestação de outra natureza	646
7.2. Perda de bens e valores.....	647
7.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	647
7.4. Interdição temporária de direitos.....	649
7.4.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, profissão, atividade ou ofício dependentes de autorização ou regulamentação do poder público, embora na esfera privada	649
7.4.2. Proibição de dirigir	650
7.4.3. Proibição de frequentar lugares.....	650
7.4.4. Proibição de se inscrever em certames públicos	651
7.5. Limitação de fim de semana	651
Resumo do capítulo	651
CAPÍTULO XXX – Pena Pecuniária	653
1. Conceito e destinação da multa.....	653
2. Critério para a individualização da pena de multa	654
2.1. Exceções ao critério do dia-multa.....	655
3. Inviabilidade de suportar o pagamento da pena de multa ou das custas....	655
4. Constitucionalidade da fixação do valor do dia-multa em salário mínimo...	656

5.	Constitucionalidade da atualização monetária da multa	656
5.1.	Termo inicial de incidência da correção monetária	657
6.	Multa como dívida de valor	657
6.1.	A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	657
6.2.	A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível	659
6.3.	Multa irrisória.....	660
6.4.	Condenado preso e cobrança da multa	660
6.5.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa.....	661
6.6.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	661
	Resumo do capítulo	661
CAPÍTULO XXXI – Cominação de Penas.....		663
1.	Conceito de cominação de penas	663
2.	Penas privativas de liberdade	663
3.	Penas restritivas de direitos	664
4.	Multa	665
	Resumo do capítulo	665
CAPÍTULO XXXII – Aplicação da Pena		667
1.	Conceito.....	667
2.	Circunstâncias judiciais	669
2.1.	Momentos de ocorrência e de avaliação.....	670
3.	A política da pena mínima.....	670
3.1.	Fixação acima do mínimo legal.....	672
4.	Possibilidade de aplicação da pena máxima	672
4.1.	Viabilidade de o Tribunal reavaliar as circunstâncias judiciais.....	674
5.	Culpabilidade	674
5.1.	Dolo intenso e culpa grave.....	676
6.	Antecedentes	676
6.1.	Maus antecedentes	677
6.2.	Caducidade dos maus antecedentes.....	677
6.3.	Maus antecedentes e reincidência	678
6.4.	Prova dos antecedentes.....	678
7.	Conduta social	678
8.	Personalidade	680
8.1.	Agressividade e personalidade antissocial	682
8.2.	Perversidade.....	683
8.3.	Personalidade voltada ao crime.....	683
8.4.	Momento de avaliação da personalidade	684
8.5.	Possibilidade de avaliação da personalidade pelo julgador e críticas levantadas	684

9. Motivos do crime.....	688
9.1. Motivo do crime e premeditação	689
10. Circunstâncias do crime	690
10.1. Espécie de arma e homicídio	690
10.2. Gravidade do delito servindo para aumentar a pena-base	690
11. Consequências do crime.....	690
11.1. Consequências e crime continuado	691
12. Comportamento da vítima.....	691
13. Pena-base.....	693
13.1. Critérios para a fixação da pena-base.....	693
14. Cautela para a não incidência no <i>bis in idem</i>	694
15. Limites mínimo e máximo previstos no preceito secundário do tipo penal incriminador	694
16. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	695
16.1. Fixação do regime sem fundamentação	695
16.2. Substituição da pena privativa de liberdade	696
16.3. Fixação da pena no mínimo legal prescinde de motivação	696
17. Critérios especiais da pena de multa.....	696
17.1. Aumento (e diminuição) da pena de multa.....	696
18. Agravantes e atenuantes.....	697
18.1. Conceito	697
18.2. <i>Quantum</i> das agravantes e atenuantes.....	697
19. Diferença entre elementares e circunstâncias.....	697
20. Necessidade de evitar o <i>bis in idem</i>	698
21. Rol taxativo para agravantes e exemplificativo para atenuantes	698
22. Divisão do rol das agravantes.....	698
23. Reincidência.....	699
23.1. Conceito	699
23.2. Reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	700
23.3. Espécies de reincidência.....	702
23.4. Primariedade e reincidência.....	702
23.5. Cometimento de crime no dia em que transita em julgado a sentença condenatória por crime anterior	702
23.6. Prova da reincidência.....	702
23.7. Reincidência e pena de multa.....	702
23.8. Efeitos da reincidência.....	703
23.9. Caducidade da condenação anterior	703
23.10. Inclusão dos prazos do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	704
23.11. Crimes militares próprios e impróprios	704
23.12. Crimes políticos.....	705
24. As demais agravantes previstas no inciso II do art. 61 do Código Penal....	705

24.1. Motivo fútil	705
24.1.1. Motivo fútil e ausência de motivo	706
24.1.2. Motivo fútil e motivo injusto	706
24.1.3. A questão do ciúme.....	707
24.1.4. Embriaguez e futilidade.....	707
24.2. Motivo torpe e a particularidade da vingança.....	707
24.3. Motivação torpe específica.....	708
24.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima.....	709
24.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.....	710
24.6. Relações familiares.....	711
24.7. Abuso de autoridade e relações do lar.....	711
24.8. Abuso de poder e violações de dever.....	712
24.9. Covardia.....	714
24.10. Proteção da autoridade.....	717
24.11. Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	717
24.12. Embriaguez preordenada.....	717
24.13. Agravantes previstas em legislação especial.....	718
24.14. Agravantes no caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	718
25. Atenuantes.....	720
25.1. Fixação da pena abaixo do mínimo legal.....	720
25.2. Menoridade relativa.....	720
25.3. Desconhecimento da lei.....	722
25.4. Relevante valor social ou moral.....	723
25.5. Arrependimento.....	723
25.6. Coação resistível, obediência indevida e influência de emoção.....	724
25.7. Confissão espontânea.....	725
25.8. Influência de multidão, em meio a tumulto.....	727
25.9. Atenuante inominada.....	727
25.10. Atenuantes em leis especiais.....	728
26. Compensação das agravantes e atenuantes.....	728
26.1. Reincidência <i>versus</i> confissão espontânea.....	730
26.2. Multirreincidência <i>versus</i> confissão espontânea.....	731
27. Cálculo da pena.....	731
27.1. Sistemas para a fixação da pena.....	731
27.2. Cuidado especial para evitar a dupla agravação pelo mesmo motivo.....	732
27.3. Conceito de causas de aumento e diminuição.....	732
27.4. Conceito de qualificadoras e privilégios.....	733
27.5. Existência de duas ou mais qualificadoras.....	733
27.6. Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	734

27.7. Concurso entre causas de aumento e de diminuição	734
27.8. Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	735
Resumo do capítulo	736
Esquemas	739
CAPÍTULO XXXIII – Concurso de Crimes	747
1. Conceito e critério de análise.....	747
2. Sistemas cabíveis ao concurso de crimes.....	747
2.1. Sistema da acumulação material	747
2.2. Sistema da acumulação jurídica	748
2.3. Sistema da absorção	748
2.4. Sistema da exasperação da pena.....	748
3. Concurso material.....	748
3.1. Critérios para a aplicação da pena	749
3.2. Aplicação cumulativa de reclusão e detenção	749
3.3. Concurso material moderado.....	750
3.4. Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	750
3.5. Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos.....	750
4. Concurso formal.....	750
4.1. Concurso formal entre tipos omissivos.....	750
4.2. Concurso formal entre roubo e corrupção de menor	751
4.3. Grau de aumento da pena	751
4.4. Concorrência de concursos.....	751
4.5. Concurso formal perfeito e imperfeito.....	752
4.6. A dúvida e o concurso formal perfeito.....	753
4.7. Concurso material favorável ou benefício	753
5. Crime continuado	754
5.1. Conceito e aspectos históricos.....	754
5.2. Natureza jurídica	755
5.3. Requisitos para o reconhecimento do crime continuado	756
5.3.1. Crimes da mesma espécie	756
5.3.1.1. Roubo e latrocínio.....	757
5.3.1.2. Estupro e estupro de vulnerável	758
5.3.2. Condições de tempo	758
5.3.3. Condições de espaço.....	758
5.3.4. Formas de execução	759
5.3.5. Outras circunstâncias semelhantes	759
5.3.6. Delinquência habitual ou profissional.....	760
5.3.7. Crime habitual continuado	760
5.3.8. Critério de dosagem do aumento.....	761

5.3.9.	A unidade de desígnio no crime continuado	761
5.3.10.	Crime continuado e delito culposo	763
5.3.11.	Crime continuado e inimputabilidade	764
5.3.12.	Crimes praticados contra vítimas diferentes, bens personais e cálculo específico	764
5.3.13.	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	764
5.3.13.1.	Envenenamento e crime continuado	765
5.3.14.	Espécies de crime continuado	765
5.3.15.	Diferença entre crime continuado e delito habitual	765
5.3.16.	Diferença entre concurso de crimes e reincidência	766
5.3.17.	Crime continuado e suspensão condicional do processo	766
5.3.18.	Referências ao art. 70, parágrafo único, e ao art. 75	767
6.	Multa no concurso de crimes	768
	Resumo do capítulo	768
	Esquemas	770
CAPÍTULO XXXIV – Erro na Execução e Resultado Diverso do Pretendido.....		775
1.	Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	775
2.	Espécies de <i>aberratio ictus</i> (art. 73, CP)	776
3.	Situações possíveis no caso de erro na execução	776
4.	Responsabilidade penal objetiva nas <i>aberratio</i>	777
5.	Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i>)	777
6.	Situações possíveis no caso de resultado diverso do pretendido	778
	Resumo do capítulo	779
CAPÍTULO XXXV – Limite de Penas e Unificação		781
1.	Fundamento para o limite das penas	781
2.	Unificação de penas	784
2.1.	Unificação das penas em 40 anos	784
2.2.	Unificação das penas e fuga do condenado	785
2.3.	Modo de unificação	786
3.	Cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar	786
	Resumo do capítulo	787
CAPÍTULO XXXVI – Suspensão Condicional da Pena		789
1.	Conceito e aspectos históricos	789
2.	Espécies de <i>sursis</i>	790
3.	Faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu	791
3.1.	Violência doméstica	791
3.2.	<i>Sursis</i> e concurso de crimes	791
3.3.	<i>Sursis</i> e indulto	791
3.4.	Processos em andamento	792

4. Requisitos da suspensão condicional da pena.....	792
4.1. Requisito objetivo.....	792
4.2. Requisitos subjetivos.....	792
4.2.1. <i>Sursis</i> e crime hediondo.....	792
4.3. Requisito objetivo-subjetivo	793
5. Reincidência, multa e <i>sursis</i>	793
6. Circunstâncias especiais não impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	794
7. Circunstâncias especiais impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	794
8. <i>Sursis</i> etário e humanitário.....	794
9. Estrangeiros de passagem pelo País e a possibilidade de concessão do <i>sursis</i>	794
10. Regime penitenciário e <i>sursis</i>	795
11. Facultatividade do <i>sursis</i> para o sentenciado.....	796
12. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	796
13. Período de prova e escolha das condições.....	797
13.1. Constitucionalidade das penas restritivas de direitos impostas como condições do <i>sursis</i>	797
13.2. Inviabilidade da condição de prestação de serviços à comunidade... ..	797
13.3. <i>Sursis</i> incondicionado.....	798
13.4. Duração do cumprimento das condições	798
13.5. Requisitos abertos pela própria lei	798
14. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	799
15. <i>Sursis</i> e penas alternativas ou multa.....	799
16. Causas de revogação do <i>sursis</i>	799
16.1. Condenação definitiva por crime doloso.....	799
16.2. Não pagamento da multa ou falta de reparação do dano	799
16.3. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> simples	800
16.3.1. Concessão sem efeito	800
16.4. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> especial	800
16.5. Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção penal ...	800
16.6. Prévia audiência do sentenciado.....	800
17. Prorrogação do período de prova	800
18. Cumprimento de <i>sursis</i> simultâneo.....	801
19. Prorrogação máxima do período de prova	801
20. Consequências da revogação	801
21. Finalização da suspensão condicional da pena	802
Resumo do capítulo	802
CAPÍTULO XXXVII – Livramento Condicional.....	805
1. Conceito de livramento condicional, natureza jurídica e aspectos históricos... ..	805
2. Requisitos do livramento condicional e prazo de duração	806
3. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	810

4. O egresso e o livramento condicional para estrangeiro	810
5. Livramento condicional cautelar	810
6. Soma das penas para efeito de livramento condicional.....	811
7. Condições obrigatórias para o livramento condicional	811
7.1. Condições facultativas para o livramento condicional	811
8. Revogação do livramento condicional.....	811
9. Efeitos da revogação.....	812
10. Prorrogação e extinção do livramento condicional	812
11. Natureza da decisão que considera extinta a pena.....	813
12. Livramento condicional para estrangeiro	813
13. Suspensão cautelar do livramento condicional	814
14. Prévia oportunidade de defesa.....	814
Resumo do capítulo	814
CAPÍTULO XXXVIII – Efeitos da Condenação	817
1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	817
2. Efeito genérico de tornar certa a obrigação de reparar o dano	819
3. Efeito genérico da perda em favor do Estado dos instrumentos do crime, desde que bens e valores de origem ilícita.....	819
4. Produto e proveito do crime	820
4.1. Efeito da contravenção penal.....	820
4.2. Medidas para alcançar o produto e o proveito do crime	821
4.3. Efeitos específicos e obrigatórios	821
4.4. Confisco de bens lícitos como forma de compensação.....	821
4.5. Apuração de enriquecimento ilícito	822
5. Efeito específico da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo....	823
5.1. Imposição de penas alternativas à prisão	824
5.2. Perda de emprego público e aposentadoria	824
6. Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	824
6.1. Alcance da incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	825
7. Efeito específico da inabilitação para dirigir veículo.....	826
Resumo do capítulo	827
CAPÍTULO XXXIX – Reabilitação.....	829
1. Conceito.....	829
2. Crítica ao instituto.....	829
3. Competência e procedimento.....	831
Resumo do capítulo	832
CAPÍTULO XL – Medidas de Segurança.....	835
1. Conceito e natureza jurídica	835

2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança	836
3. Concorrência com a Lei 10.216/2001 (Lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais)	836
4. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança	837
5. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	839
6. Internação por prazo indeterminado	839
7. Culpabilidade e periculosidade	840
8. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	841
8.1. Reconversão da medida de segurança em pena	842
9. Detração e medida de segurança.....	843
10. Fixação do prazo de duração mínima da medida de segurança	843
11. Exame de cessação da periculosidade.....	843
11.1. Procedimento para a realização do exame.....	844
11.2. Assistência de médico particular.....	844
11.3. Imposição de condições	844
11.4. Desinternação e liberação	844
12. Conversões da internação em tratamento ambulatorial e deste em internação	845
13. Conversão da pena aplicada ao semi-imputável	846
14. Medida de segurança aplicada em 2. ^a instância	846
15. Direito do internado	847
Resumo do capítulo	847
CAPÍTULO XLI – Ação Penal	849
1. Conceito de ação penal.....	849
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	850
3. Fixação da iniciativa da ação penal.....	850
3.1. Concurso de crimes e ação penal.....	851
4. Ação penal pública condicionada.....	851
5. Ação penal privada.....	851
5.1. Ação privada subsidiária da pública	852
6. Ação penal no crime complexo	852
7. Irretratabilidade da representação	853
8. Decadência	853
9. Renúncia ao direito de queixa.....	853
10. Perdão do ofendido	853
Resumo do capítulo	854
CAPÍTULO XLII – Extinção da Punibilidade	855
1. Conceito de extinção da punibilidade	855
2. Condições objetivas de punibilidade	855
3. Condições negativas de punibilidade (escusas absolutórias)	856

3.1. Diferenças entre as condições objetivas de punibilidade e as condições negativas de punibilidade.....	856
3.2. Condições de procedibilidade.....	856
4. Causas gerais e específicas.....	857
5. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	857
6. Momentos de ocorrência.....	857
7. Rol exemplificativo.....	857
7.1. Causas de extinção da punibilidade <i>implícitas</i>	858
8. Morte do agente.....	858
8.1. Morte do agente e interesse recursal.....	858
8.2. Morte presumida.....	859
8.3. Certidão de óbito falsa.....	859
9. Anistia.....	860
10. Graça ou indulto individual.....	861
11. Indulto coletivo.....	862
11.1. Indulto condicional.....	862
11.2. Indulto facultativo.....	863
11.3. Indulto coletivo e crimes hediondos e assemelhados.....	863
11.3.1. Indulto humanitário.....	864
11.4. Indulto da pena de multa e limite mínimo para inscrição de débito na dívida ativa.....	865
11.5. Necessidade de apreciação pelo juiz da execução criminal.....	866
11.6. Indulto inconstitucional.....	866
11.7. Comutação (indulto parcial) e crime hediondo ou equiparado.....	866
11.8. Indulto (parcial ou total) e cometimento de falta grave.....	867
12. <i>Abolitio criminis</i>	867
13. Decadência.....	867
14. Perempção.....	868
15. Renúncia e perdão.....	869
16. Retratação.....	869
17. Perdão judicial.....	870
17.1. Natureza jurídica do perdão e da sentença que o concede.....	870
17.2. Prescrição e perdão judicial.....	871
17.3. Situações que ensejam o perdão judicial.....	872
17.4. Independência da causa extintiva da punibilidade.....	872
18. Prescrição.....	872
18.1. Conceito e fundamentos.....	872
18.2. Prazos de prescrição da pretensão punitiva e executória.....	873
18.3. Espécies de prescrição e seus efeitos.....	873
18.3.1. Matéria de ordem pública com reconhecimento de ofício pelo magistrado.....	874
18.4. Prescrição da medida de segurança.....	874

18.5. Prescrição e detração	875
18.6. Imprescritibilidade	876
18.7. Prescritibilidade no caso de suspensão do processo por citação ficta.....	876
18.8. Natureza dos prazos de prescrição da pretensão punitiva.....	876
18.9. Prescrição antecipada ou virtual	877
18.10. Prazos prescricionais das penas restritivas de direitos.....	877
18.11. Sentença e acórdão condenatório.....	877
18.12. Prazos da prescrição da pretensão executória e aumento por conta da reincidência.....	878
18.13. <i>Bis in idem</i>	878
18.14. Prescrição intercorrente, subsequente ou superveniente.....	878
18.15. Efeito da interposição de recursos especial e extraordinário	879
18.16. Prescrição retroativa	879
18.17. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	880
18.17.1. Crimes falimentares	880
18.17.2. Início da prescrição nos crimes contra a honra e diferença com decadência	881
18.17.3. Início de prescrição na tentativa	881
18.17.4. Regra especial para os delitos permanentes.....	881
18.17.5. Prescrição dos crimes habituais.....	881
18.17.6. Estelionato contra a Previdência	882
18.17.7. Regra específica para bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil	882
18.17.8. Maior proteção a crianças e adolescentes.....	882
18.18. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	883
18.18.1. <i>Sursis</i> sem efeito.....	883
18.18.2. Interrupção da execução	883
18.19. Prescrição da multa.....	884
18.20. Menoridade relativa e senilidade	884
18.21. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	885
18.22. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	886
18.23. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	888
18.24. Comunicabilidade das causas interruptivas	889
18.25. Prescrição das penas mais brandas	890
18.26. Concurso de crimes e prescrição	890
Resumo do capítulo	890
Esquemas	893
Referências Bibliográficas.....	899
Obras do Autor.....	937